



PREFEITURA MUNICIPAL DE PANTANAL
DO NORTE/MT

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

MEDICAMENTOS

Rev. 06

18/02//2020

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

**CHECKLIST – ANÁLISE DE PROCESSOS DE COMPRAS DE
MEDICAMENTOS**

Objetivo: Garantir que os trabalhos de avaliação de compras de medicamentos sejam executados de forma objetiva, eficiente e padronizados.

Resposta desejada = Não em todos os quesitos.

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
1. Projeto “Mágico”				
1.1 Especificação Direcionada/Restritiva				
1.1.1 O objeto licitado está definido de forma imprecisa e insuficiente ? Obs.: Medicamentos devem ser referenciados em licitação pelo: Princípio ativo (ex.: dipirona sódica); Concentração (ex.: 500 MG); Forma Farmacêutica (ex.: comprimido)	Lei 9.787/99; art. 14 da Lei nº 8.666/1993; Súmula/TCU nº 177.			
1.1.2. Há indicação de marca no Termo de Referência (TR) sem justificativa? Obs.: A indicação de marcas pode ocorrer por meio da descrição do nome comercial do produto (ex: Ritalina, quando o correto seria o princípio ativo Cloridrato de Metilfenidato) ou pela discriminação da Unidade de Fornecimento no TR (ex: Caixa com 80 cápsulas).	O art. 7º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993; Acórdãos TCU 559/2017 e 2.162/2019, ambos do Plenário.			
1.2 Vinculação do autor do TR com o licitante				
1.2.1 O autor do Termo de Referência participa, ainda que indiretamente, da licitação? Obs.: O autor do TR não pode ter vínculo de parentesco até o 3º grau com sócio de empresa (art. 9º, § 3º, da Lei 8.666/93) participante, pois neste caso o agente público dispõe de <u>cargo que possa influenciar a licitação</u> .	O art. 9º, I, da Lei 8.666/1993; Acórdãos 486/2011-TCU-1a Câmara, Resolução de Consulta TCE/MT 05/2016, acórdão TCE/MT 21/2019 e acórdão TCU 3.368/2013 – P.			
1.2 Fracionamento, parcelamento e loteamento				
1.3.1 Há fracionamento com fuga da modalidade adequada ou para dispensar?	Alínea “b” do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666/93; Acórdãos nº 2269/2016 e Súmula nº 11/2015 do TCE/MT.			
1.3.2 Nos editais das licitações de medicamentos, houve falta de parcelamento do objeto em itens, lotes ou etapas, assim como deixou de adjudicar por item e adjudicou o objeto pelo menor preço global ou por lote?	Art. 23, §1º, da Lei 8.666/1993; Súmula 247 do TCU; Acórdão 1162/2914 – TP do TCE/MT.			
1.3.3 Se a licitação foi realizada por lote, houve inclusão de um item exclusivo (medicamento fabricado por um determinado laboratório) a ponto de restringir a competição (loteamento)? A observação do item 1.1.2 se aplica a este caso.	Acórdão 1691/2019 – TCU – Plenário			

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
1.4 Sobrepreço/Orçamento Falso				
1.4.1 Os preços de referência estão fora da margem aceitável de mercado ? Obs.: O preço de referência de medicamentos deve considerar a Tabela CMED (Preço Fábrica e PMVG); Banco de Preços em Saúde e Desoneração do ICMS.	Acórdão TCU nº 454/2014 – Plenário e Resolução de Consulta 20/2016 do TCE/MT.			
1.4.2 Quando se tratar de pregão pelo menor preço, deixou-se de adotar orçamento sigiloso até a fase final de lances?	Acórdão TCU 903/2019 – P, art. 15, do Decreto no 10.024/2019 e Acórdão TCU 2.080/2012 – P.			
1.5 Superestimativa				
1.5.1 . As quantidades licitadas são incompatíveis com a demanda? Obs.: É recomendado que a organização defina método para estimar as quantidades necessárias (normativo) e documente a aplicação desse método no processo de contratação.	Art. 15, § 7º, inciso II, da Lei 8.666/1993; Acórdão 331/2009 – TCU – Plenário.			
1.6 Favorecimento indevido de ME e EPP (Quando aplicável)				
1.6.1 O edital deixou de incluir tratamento favorecido às ME e EPP (Licitação exclusiva para itens de até R\$ 80.000,00; Cota de até 25%; empate ficto e regularidade tardia)?	Constituição Federal de 1988; LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014; Acórdão TCU 1317/2013 – P.			
1.6.2.Houve participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, com faturamento superior ao limite no ano anterior ou no ano de realização da licitação, amparada por declaração com conteúdo falso?	Acórdãos TCU 1797/2014, 1104/2014, 922/2014, 824/2014, 1552/2013, todo do Plenário			
1.6.3 Foi constatada participação simultânea de empresas coligadas em licitação afronta a legislação quando evidenciado que a empresa de maior porte - não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte - busca usufruir indiretamente dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 por meio da sociedade de pequeno porte?	Acórdão TCU 2978/2013-Plenário			
2. Edital Restritivo				
2.1 Preâmbulo				
2.1.1. Havendo recurso federal, deixou-se de adotar o pregão eletrônico sem justificativa?	Art. 1º do Decreto 5.450/2005; Acórdãos 1.455/2011 e 1.631/2011-TCU – Plenário			
2.1.2. O edital proíbe apresentação de documentos pela via postal, fax, telegrama ou e-mail ?	Acórdão nº 2266/2011 – TCU Plenário e Acórdãos TCE/MT nº 1.199/2014 – TP e 3.280/2015 – TP.			
2.1.3. A previsão orçamentária é inadequada?	Art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei 8.666/1993; Acórdãos 4910/2013 TCU-2a Câmara			
2.1.4. Falta parecer jurídico no processo e/ou o parecer é genérico, sem a demonstração da efetiva análise do edital e dos anexos?	Art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/1993; Acórdão nº 689/2013 - P, Acórdão TCE/MT nº 471/2016 – TP.			
2.1.5. Exige-se indevidamente que comprovante de compra do edital faça parte dos documentos de habilitação?	Acórdãos TCU 3192/2016-Plenário; Acórdão TCE/MT 3.047/2015 – TP.			
2.1.6 Foi incluída menção expressa ao desconto de ICMS ou outras normas que impliquem desoneração tributária,	Convênio Confaz no 87/2002; Acórdão 8.518/2017-TCU-2a			

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
de modo a assegurar a isonomia entre os participantes, a publicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa?	Câmara; Acórdão 1.140/2012-TCU-Plenário			
2.2. Condições de Participação				
2.2.1. O edital veda a participação de consórcios sem a devida motivação?	Acórdão n.º 2303/2015 – P; Acórdão TCE/MT 949/2014 – TP.			
2.2.2. Há proibição de participação de empresa em litígio judicial com a Entidade?	Lei 8.666/1993, §5º do art. 30; Acórdãos n.º 2.434/2011-TCU-Plenário, 1.336/2010-TCU.			
2.2.3. Para obter o edital, exige-se valor incompatível com o custo de reprodução gráfica? O acesso ao edital é garantido de forma inadequada?	Art. 32, §5 da LGL, Acórdão 3014/2015-TCU-P, 2749/2011-TCU-P			
2.2.4. O ato convocatório estabelece cláusulas desnecessárias ou inadequadas , que restrinjam o caráter competitivo do certame?	Acórdãos TCU 1.028/2011, 354/2008 e 3192/2016, todos do Plenário.			
2.2.5. Houve proibição de participação de empresas com sócios em comum ou empresas de mesmo grupo econômico ? (Exceto convite e dispensa de licitação).	Art. 9, III da LGL; Acórdão TCU 3108/2016-1ªC e Acórdão TCE/MT 158/2016 – SC.			
2.2.6. Exige-se, na fase de habilitação ou de classificação, amostras a todos os licitantes, quando o correto deveria ser apenas na fase de classificação, do licitante provisoriamente em primeiro lugar?	Acórdãos 1.291/2011-TCU-Plenário, 2.780/2011-TCU-2a Câmara, 4.278/2009-TCU-1a todos do Plenário do TCU.			
2.2.7. Foi vedada a participação de empresa em recuperação judicial ? Obs.: A certidão positiva não implica imediata inabilitação, podendo ser aceito, desde que a empresa tenha plano de recuperação judicial homologado.	PARECER AGU no 04/2015/CPLC/DEPCONSU/PG F/AGU, 12/05/2015 e acórdão TCU no 8272/2011 – 2 Câmara) [L] [SEP]			
2.2.8. Servidor público em cargo de influência sobre a licitação (Parecerista, cpl/pregoeiro, autoridade competente, orçamentista, etc) participa, mesmo que indiretamente, do certame?	Art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993; Acórdão n.º 1793/2011-TCU-Plenário; Consulta n.º 5/2016-TP do TCE/MT.			
2.3. Habilitação Jurídica				
2.3.1. Exige-se alvará de funcionamento que comprove localização específica do licitante?	Acórdão 855/2009-TCU-P, Acórdão TCE/MT 1.199/2014-TP e Acórdão TCE/MT 3.047/2015 – TP.			
2.3.2. Foi exigida indevidamente certidão simplificada expedida pela junta comercial do estado da sede da licitante?	Ac. TCU 1778/2015 – P; Ac. 7856/2012 – Segunda Câmara.			
2.3.3. Foram aceitos como válidos atestados de capacidade técnico-operacional que dizem respeito a serviços executados em data anterior à alteração do contrato social?	Acórdão TCU n.º 642/2014 – Plenário			
2.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista				
2.4.1. Exige-se “ quitação ” em vez de “ regularidade ” fiscal?	Art. 29, III, Lei no 8.666/93; Súmula TCU n.º 283, de 26/06/2013; Acórdão 35/2015 – SC do TCE/MT.			
2.4.2. Exige-se indevidamente certidão negativa de “ débito salarial ou infrações trabalhista ”?	Acórdão TCU 3088/2010 e 951/2007, ambos do Plenário			
2.4.3. Foi exigida indevidamente Certidão de	Acórdãos do TCU no 697/2006-			

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
Regularidade Sindical e Guias de Recolhimento de sindicato ?	P, 3.088/2010-P e 951/2007-Plenário.			
2.5. Qualificação Técnica				
2.5.1. Deixou-se de exigir Licença Sanitária e Autorização de Funcionamento de Empresas?	incisos I e II do art. 30 da Lei no 8.666/93, Lei no 6.360/1976 e art. 7, incisos VII, da Lei no 9.782/1999.			
2.5.2. Deixou-se de exigir requisitos técnico-sanitários e administrativos, tais como: número de lote, prazo de validade, embalagens e rótulos?	Portaria Anvisa no 802/1998, c/c o art. 1o, I, da Resolução Anvisa RDC no 320/2002, Portaria GM/MS no 2814/1998 e Acórdão 9.301/2017- 1C.			
2.5.3. Exige-se Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle emitido pela ANVISA?	TCU. Ac 392/2011-P, 126/2010, ambos do Plenário e 4.788/16 – 1C; Portaria GM/MS 2894/2018			
2.5.4. Exige-se Certificado de Boas Práticas de Armazenamento emitido pela ANVISA?	TCU. Ac 392/2011-P.			
2.5.5. Exige-se número mínimo, máximo ou fixo de atestados?	Acórdão TCU 1.949/2008, 1.780/2009, ambos do plenário e Acórdão TCE/MT 1.158/2014 – TP.			
2.5.6. O edital exigiu comprovação de quantitativo mínimo de serviços prestados superiores a 50% do quantitativo a executar?	Acórdãos do TCU nº 1.284/2003, 2.088/2004, 2.656/2007, 2.215/2008 e 3070/2013, todos do Plenário.			
2.5.7. O edital vedou o somatório de atestados para comprovação da quantidade mínima de serviço compatível com o objeto licitado sem justificativa?	Acórdãos TCU nºs 1.898/2006, 170/2007 e 13.260/2011, todos do Plenário			
2.5.8. O edital proibiu a apresentação de atestados emitidos por empresas do mesmo grupo econômico ?	Acórdão TCU 451/2010 e Acórdão - 2.241/2012, ambos do plenário.			
2.5.9. A qualificação técnica exige profissional do quadro permanente , restringindo a forma de comprovar esse vínculo (somente carteira de trabalho, por exemplo), sem permitir que se comprove por meio de contrato de trabalho regido pela legislação civil comum?	Acórdão TCE/MT 164/2015 – SC e 471/2016 - TP; Acórdãos TCU, 3.291/2014, 1.447/2015, 1988/2016 e 872/2016, todos do Plenário.			
2.5.10. Exige-se carta de solidariedade ou credenciamento do fabricante do produto?	Acórdão nº 1.805/2015 – Plenário e 1.350/2015 – Plenário			
2.5.11. Foi exigida indevidamente que os atestados estejam acompanhados de cópias de notas fiscais ou contratos ?	Ac TCU 1224/2015 e 944/2013 - P			
2.5.12. Há exigências de quantidade mínima de serviços a executar para comprovar capacidade técnico-profissional ?	Acórdãos do TCU nº 2.882/2008, 1873/2015, 2605/2016, todos do Plenário.			
2.5.13. Foi exigido atestado com limitação de tempo? Por exemplo, comprovação que já executou serviço compatível nos últimos 5 anos.	Acórdão TCU 2205/2014 – 2ª Câmara			
2.5.14. Foi exigido comprovação de qualificação técnica de parcelas do objeto da licitação que poderão ser objetos de subcontratação ? LGL, art. 3º, §1º, I, da Lei 8.666/93.	Art. 3º, §1º, I, da Lei 8.666/93; Acórdão TCU 6219/2016-Segunda Câmara.			
2.5.15. Houve exigência de que a visita técnica fosse realizada somente pelos responsáveis técnicos da	Acórdãos TCU nº 2299-2011 – Plenário, Acórdãos TCE/MT nº			

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
licitante?	2.333/2014 – TP			
2.6. Qualificação Econômico-Financeira				
2.6.1. Exige-se cumulativamente garantia de participação E (capital social ou patrimônio líquido mínimo)?	Súmula TCU nº 275.			
2.6.2. Exige-se capital social integralizado ?	Acórdão TCU nº 1944/2015, 1842/2013, – ambos do Plenário			
2.6.3. A garantia de proposta (1%) e/ou capital social mínimo/Patrimônio Líquido (10%) superaram os percentuais máximos fixados na lei?	Art. 31, §3o, da Lei 8.666/1993; Acórdãos 8140/2012-TCU-2ªC, 1.335/2010-TCU-Plenário			
2.6.4. Foi exigida fotocópia integral do livro diário das empresas?	Ac TCU 2962/2015 - P			
2.6.5. Exige-se certidão negativa de Corregedoria de Justiça ?	Artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal; Acórdão TCU nº 768/2007 – Plenário.			
2.6.6. Os índices contábeis são incomuns e estão acima de valores usuais (por exemplo, acima de 1,5 ou Grau de Endividamento de no máximo 0,3)? Caso contrário, falta justificativa razoável?	Súmula TCU 289/2016.			
2.6.7. Exige-se certidão negativa de protesto ?	Acórdãos TCU 1.336/2010-Plenário; Acórdão 53/2016 – SC e 2.333/2014 – TP do TCE/MT.			
2.6.8. Exige-se declaração de idoneidade financeira ?	TCU Ac 2056/2008-P, 2179/2011-P.			
2.7. Critérios para Julgamento				
2.7.1. Nos processos realizados na modalidade convite, há pelo menos três propostas válidas?	Art. 22, §§ 3o e 7o, da Lei 8.666/1993; Súmula/TCU 248; Súmula do TCE/MT 04/2013.			
2.7.2. Nos processos realizados na modalidade convite, foram convidadas licitantes cujo ramo de atividade econômica seja incompatível com o objeto de licitação?	Acórdãos 1.313/2011-TCU-Plenário, e 3.472/2007-TCU-2a Câmara; Acórdão nº TCE/MT 179/2015-PC.			
2.7.3. O edital deixou de fixar critério de aceitabilidade de preços unitário e global ? Para as aquisições públicas de medicamentos existem em vigor dois tetos máximos de preços: o Preço Fábrica – PF e o Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG.	Art. 40, inciso X, da Lei 8.666, de 1993; Súmula nº 259/2010 do TCU			
3. Publicidade Precária				
3.1. A publicidade do certame é insuficiente ou inadequada ou há redução do prazo útil mínimo da modalidade?	Artigo 21, §§ 2º e 3º, da Lei 8666/93, TCU Decisão 233/1996–1C			
3.2. Deixou-se de publicar os editais e resultados, bem como todos os contratos celebrados no sítio oficial da entidade ?	Lei nº 12.527/2011, arts. 3º, I a V, 5º, 7º, VI, e 8º, §1º, IV, e §2º; Acórdão TCU nº 2622/2015-Plenário.			
3.3. Nas concorrências e tomadas de preço, a Entidade deixou de publicar o aviso do edital em jornal diário de grande circulação ?	Acórdãos 227/2007-TCU-Plenário; Resolução de Consulta no 27/2012 do TCE-MT; Acórdão TCE/MT 142/2016 – SC.			

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
4. Simulação/Montagem de Processos Licitatórios				
4.1 Os documentos da licitação (pesquisa de preço, documentos de habilitação, propostas, etc.) apresentam indícios de simulação/montagem do processo de contratação?	Acórdão TCU nº 888/2011 – Plenário; Acórdão 1107/2014-Plenário do TCU; Acórdão nº 228/2002 – Plenário do TCU.			
5. Registro de Preços Irregular (execução da ata)				
5.6.1 Em licitação por lote, houve aquisição de aquisição individual de itens registrados para os quais a licitante vencedora não apresentou o menor preço (jogo de planilha)?	Acórdão TCU 3081/2016 – Plenário e 7.243/2017- Segunda Câmara.			
5.6.2 Houve substituição da marca do medicamento registrado sem qualquer demonstração de equivalência operacional e compatibilidade de preços?	Acórdãos TCU nº 1033/3019 e nº 558/2010 , ambos do plenário.			
5.6.3 Nos casos de aumento do preço de mercado, houve reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados na ata nas licitações regidas pelo Decreto 7.892/2013?	Parecer nº 00001/2016/CPLCA/CGU/AGU			
5.6.4 Houve acréscimo ou supressão de quantidade de itens na ata?	Resolução de Consulta TCE/MT nº 22/2012			

Cuiabá-MT, ___/___/_____	Auditor responsável pela análise (nome e assinatura)
--------------------------	---

Atualizado em 22.01.2020